



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas
Comissão Gestora do PROQUALI – Resolução nº51/2016 – CONSU

**ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO
GESTORA PROQUALI DA UNIVERSI-
DADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA,
REALIZADA NO PRIMEIRO DIA DO
MÊS DE MARÇO DE 2018.**

Ao primeiro dia do mês de março de 2018, às quatorze horas, no Gabinete da Pró-Reitora de Gestão de Pessoas situado no Prédio da Reitoria da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), reuniu a Comissão responsável pela deliberação acerca das bolsas de qualificação concedidas aos servidores efetivos desta Instituição (COMISSÃO GESTORA), sob a presidência da Pró-Reitora de Gestão de Pessoas, **Kátia Maria Silva de Oliveira e Castro**. **Estavam presentes** os seguintes membros: **Vilma Lúcia Pedro**, representando a Pró-Reitora de Graduação; **Jucilene Melandre**, representando o Pró-reitor de Planejamento, Orçamento e Finanças; **Warleson Peres e Adilson Carlos Zaniratto Junior**, Representantes do Sindicato dos Trabalhadores Técnico-administrativos em Educação das Instituições Federais de Ensino no Município de Juiz de Fora – MG (SINTUFEJUF); **Elisete Gonçalves Fonseca**, representante da Comissão Interna de Supervisão – CIS, **Inêz Crithina Assis Marcelino**, representante da Coordenação de Capacitação e Desenvolvimento de Pessoas. **Justificaram ausência:** **Luis Paulo S. Barra**, representando a Pró-Reitora de Pós-Graduação e Pesquisa ; **Luiz Antonio Barroso Rodrigues**, representante da Comissão Permanente de Pessoal Docente. **Esteve ausente:** discente **Laura Matos Vasconcellos**, Representante do Diretório Central dos Estudantes (DCE); **Thiago Barreto Maciel**, representante da APES-JF. A Presidente, às quatorze horas, declarou aberta a Reunião, saudou a todos os presentes e passou à análise do primeiro ponto de pauta. **Item I - Análise e deliberação dos seguintes casos: Processo nº23071.015051/2017-54** - Referendar decisão que determinou a manutenção da bolsa na modalidade Graduação para a servidora que efetuou a troca de curso e de instituição. Analisando o caso em tela e a documentação apresentada a Comissão Gestora manifesta-se nos seguintes termos: referendamos a decisão da Presidente da Comissão Gestora, pois trata-se de caso especial sendo esta a única vez em que a servidora efetuou a troca de um curso para outro, promovido em outra instituição, durante a vigência de uma bolsa, (Art.20, da Res. nº 51/2016-CONSU-UFJF), devendo a bolsa ser mantida observado o limite máximo estabelecido para a modalidade da bolsa e deduzir-se as bolsas já efetivamente pagas. **Processo nº: 23071.000215/2014-84** – acerca da decisão que manifestou anuência em relação ao afastamento da servidora para prestar colaboração técnica na UFF, mesmo tendo sido beneficiária do PROQUALI e não tendo concluído o Doutorado sob a justificativa de problemas de saúde. Considerando a documentação apresentada pela servidora, a Comissão Gestora se manifestou nos seguintes termos: solicitar à servidora que apresente, no prazo de 15 (quinze) dias a partir do recebimento da notificação, o comprovante de conclusão do curso ou justificativa funda-



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas
Comissão Gestora do PROQUALI – Resolução nº51/2016 – CONSU

mentada com documentos comprobatórios com relação a não obtenção do título, bem como solicitar à Junta Médica da Coordenação de Saúde, Segurança e Bem Estar da UFJF manifestação técnica no sentido de esclarecer se os afastamentos por motivos de saúde apresentados pela servidora a impossibilitariam de concluir o Programa de Doutorado. **Processo nº 23071.004932/2015-88** - Deliberar acerca de justificativa pela não conclusão do Mestrado: o servidor apresentou declaração na qual alega não ter se identificado com o curso para o qual recebeu bolsas PROQUALI. Analisando o caso em tela e a documentação apresentada, a comissão Gestora PROQUALI manifestou nos seguintes termos: tendo em vista que a justificativa apresentada não encontra amparo legal, configura-se a hipótese de desistência de conclusão do curso, conforme art. 7º, parágrafo único da Resolução nº40/2010-CONSU, devendo o servidor ser notificado pela Pró-Reitora de Gestão de Pessoas, na qualidade de Presidente da Comissão, para restituir em parcela única por meio de Guia de Recolhimento da União (GRU), no prazo de 30 (trinta) dias, a quantia de R\$25.600,00 (vinte e cinco mil e seiscentos reais), sob pena de o débito ser incluído em Dívida Ativa, ou para, querendo, apresentar recurso no prazo de 10 (dez) dias, a contar da juntada do A.R. nos autos do processo. A Comissão Gestora delibera que em todos os casos análogos seja aplicado este encaminhamento. **Processo nº 23071.004604/2015-81**: Deliberar acerca de justificativa pela não conclusão do Mestrado: servidor alega que foi desligado do programa pelo decurso do prazo previsto para defesa da dissertação, mesmo depois de ter conseguido prorrogação do prazo. Tendo em vista que a justificativa apresentada não encontra amparo legal, configura-se a hipótese de não conclusão do curso, conforme art. 7º, parágrafo único da Resolução nº40/2010-CONSU, devendo o servidor ser notificado pela Pró-Reitora de Gestão de Pessoas, na qualidade de Presidente da Comissão, para restituir em parcela única por meio de Guia de Recolhimento da União (GRU), no prazo de 30 (trinta) dias, a quantia de R\$35.200,00 (trinta e cinco mil e duzentos reais), sob pena de o débito ser incluído em Dívida Ativa, ou para, querendo, apresentar recurso no prazo de 10 (dez) dias, a contar da juntada do A.R. nos autos do processo. A Comissão Gestora delibera que em todos os casos análogos seja aplicado este encaminhamento. **Processo nº 23071.016198/2014-19** - Deliberar acerca de justificativa pela não conclusão do Mestrado: servidor apresentou insuficiência de desempenho acadêmico tendo sua matrícula cancelada e sido desligado do Programa. Analisando o caso em tela e a documentação apresentada, a comissão Gestora PROQUALI manifestou nos seguintes termos: trata-se de desempenho acadêmico insuficiente, nos termos do art. 10, II da Resolução nº40/2010-CONSU devendo o servidor ser notificado pela Pró-Reitora de Gestão de Pessoas, na qualidade de Presidente da Comissão, para restituir em parcela única por meio de Guia de Recolhimento da União (GRU), no prazo de 30 (trinta) dias, a quantia de R\$4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais), sob pena de o débito ser incluído em Dívida Ativa, ou para, querendo, apresentar recurso no prazo de 10 (dez) dias, a contar da juntada do A.R. nos autos do processo. A Co-



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas
Comissão Gestora do PROQUALI – Resolução nº51/2016 – CONSU

missão Gestora delibera que em todos os casos análogos seja aplicado este encaminhamento.

Processo nº 23071.009017/2011-55: Deliberar acerca de justificativa pela não conclusão do Mestrado: servidor afirma que não tem intenção de concluir o curso. Analisando o caso em tela e a documentação apresentada, a Comissão Gestora PROQUALI manifestou nos seguintes termos: trata-se de desistência de conclusão do curso, nos termos do art. 7º, parágrafo único da Resolução nº40/2010-CONSU, devendo o servidor ser notificado pela Pró-Reitora de Gestão de Pessoas, na qualidade de Presidente da Comissão, para restituir em parcela única por meio de Guia de Recolhimento da União (GRU), no prazo de 30 (trinta) dias, a quantia de R\$17.000,00 (dezessete mil reais), sob pena de o débito ser incluído em Dívida Ativa, ou para, querendo, apresentar recurso no prazo de 10 (dez) dias, a contar da juntada do A.R. nos autos do processo. A Comissão Gestora delibera que em todos os casos análogos seja aplicado este encaminhamento.

Processo nº 23071.005491/2015-31 - Deliberar acerca de justificativa pela não conclusão do Doutorado: servidora informou que foi jubilada pela Instituição Formadora. Analisando o caso em tela e a documentação apresentada, a comissão Gestora PROQUALI manifestou nos seguintes termos: trata-se de desempenho acadêmico insuficiente, nos termos do art. 10, II da Resolução nº40/2010-CONSU, devendo a servidora ser notificada pela Pró-Reitora de Gestão de Pessoas, na qualidade de Presidente da Comissão, para restituir em parcela única por meio de Guia de Recolhimento da União (GRU), no prazo de 30 (trinta) dias, a quantia de R\$48.200,00 (quarenta e oito mil e duzentos reais), sob pena de o débito ser incluído em Dívida Ativa, ou para, querendo, apresentar recurso no prazo de 10 (dez) dias, a contar da juntada do A.R. nos autos do processo. A Comissão Gestora delibera que em todos os casos análogos seja aplicado este encaminhamento.

Item II - Análise e deliberação acerca da concessão de bolsas PROQUALI para servidores discentes no Mestrado Profissional em Administração Pública (PROFIAP): considerando que o Conselho Técnico Científico da Educação Superior – CTC-ES/CAPES manteve o Conceito 2 na Avaliação Quadrienal (2013/2016) a Comissão Gestora deliberou e se manifestou nos seguintes termos: que seja mantida a bolsa PROQUALI para os servidores que são discentes no PROFIAP da Universidade Federal de Juiz de Fora, bem como seja concedida bolsa para os servidores que constam da lista de excedentes do Edital nº01/2017-CGP que estão em curso e satisfaçam as exigências da Resolução nº51/2016-CONSU, do Edital nº01/2017 e da Portaria de chamada, tendo em vista que quando da inscrição no Programa de Apoio à Qualificação o curso mantinha o Conceito 3.

Item III – Deliberação e aprovação da Minuta de Edital de Aditamento referente ao Edital nº01/2017 – Comissão Gestora PROQUALI (CGP): a Pró-Reitora Adjunta de Planejamento, Orçamento e Finanças informou que houve Restos a Pagar para o ano de 2018, logo constatou-se a disponibilidade orçamentária da UFJF e da intenção da Administração Superior em alocar verbas para o Programa de Apoio à Qualificação, sendo assim informou sobre a possibilidade de prorrogar a vigência do Edital PROQUALI nº01/2017 até de-



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas
Comissão Gestora do PROQUALI – Resolução nº51/2016 – CONSU

zembro de 2018, bem como aumentar o número de vagas para a modalidade de bolsa Pós-graduação *stricto sensu* até incluir todos os servidores que figuram na lista de excedentes do referido edital. A Comissão Gestora deliberou e decidiu pela aprovação da Minuta de Aditamento referente ao Edital nº01/2017-CGP na qual constam as seguintes alterações: prorrogação do Edital nº01/2017 – CGP até dezembro de 2018; acréscimo de 29 (vinte e nove) vagas para a modalidade de bolsa Pós-graduação *Stricto Sensu*, com vigência de março a dezembro de 2018. **Item IV – Deliberação e aprovação da Minuta de Portaria de chamada vinculada ao Edital nº01/2017 para seleção de novos bolsistas PROQUALI, visando à formação de cadastro de reserva:** considerando o esgotamento da convocação dos excedentes do Edital nº01/2017-CGP, a partir do Edital de aditamento aprovado no item de pauta anterior; considerando o disposto no item 1.3 do Edital nº01/2017-CGP, fez-se necessária a deliberação acerca da publicação de uma Portaria de chamada para seleção de bolsistas, visando à formação de cadastro de reserva. Sendo assim, a Comissão deliberou e decidiu nos seguintes termos: aprova-se a Minuta de Portaria de chamada apresentada e ajustada durante a presente reunião, devendo a mesma ser publicada no mês de março de 2018; a vigência da Portaria de chamada será de março a dezembro de 2018. A Senhora Presidente deu por encerrada a reunião, agradeceu a presença de todos e, para registro, foi lavrada a presente Ata, que eu, Silvana de Paula Castro, transcrevo, dato e assino. Juiz de Fora, 01 de março de 2018.

Pró-Reitor(a) de Gestão de Pessoas - Presidente da Comissão Gestora do PROQUALI.

Silvana de Paula Castro - Assistente em Administração.

ATA APROVADA NA REUNIÃO DO DIA ____/____/____.

Pró-Reitor(a) de Gestão de Pessoas Nome legível: Kátia Maria Silva de Oliveira e Castro	
Pró-Reitor(a)de Planejamento, Orçamento e Finanças Nome legível:	
Pró-Reitor(a)de Graduação Nome legível:	
Pró-Reitor(a)de Pós-Graduação e Pesquisa Nome legível:	
Representante da Coordenação de Capacitação e Desenvolvimento de Pessoas Nome legível:	
Representante do SINTUFEJUF Nome legível:	



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas
Comissão Gestora do PROQUALI – Resolução nº51/2016 – CONSU

Representante do SINTUFEJUF Nome legível:	
Representante da Comissão Interna de Supervisão - CIS Nome legível:	
Representante da Associação dos Professores de Ensino Superior de Juiz de Fora – APESJF – Nome legível:	
Representante da Associação dos Professores de Ensino Superior de Juiz de Fora – APESJF – Nome legível:	
Representante da Comissão Permanente de Pessoal Docente - CPPD Nome Legível:	
Representante do DCE Nome legível:	